

# A Acessibilidade na PUC-Campinas

Prof. Carmem Silvia Cerri Ventura<sup>1</sup>

O acesso à Educação é direito de todos, sem discriminação, em igualdade de oportunidades, ou seja, nenhuma pessoa pode ser excluída em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou qualquer outro condicionante que a coloque em situação de exclusão social.

É significativo o aumento de estudantes com necessidade de atendimento diferenciado que ingressam nas Universidades atualmente, o que reforça a necessidade da elaboração e implementação de ações voltadas para a universalização do acesso à educação superior.

Ao declarar a matrícula de alunos que requerem atendimento especial, as Instituições de Ensino Superior devem assumir o compromisso de assegurar-lhes condições plenas de participação e aprendizagem.

Considerando que a PUC-Campinas, desde a década de 90, trabalha com propósito de promover a vivência harmoniosa nos espaços educativos, o acesso ao ensino de qualidade e o convívio com segurança, apresentamos o presente artigo para registrar a contribuição que a Universidade realiza sobre o tema Acessibilidade no Ensino Superior.

## Dispositivos legais e normativos

Com o objetivo de ressaltar as condições necessárias para o pleno acesso, participação e

aprendizagem dos estudantes que demandam atendimento diferenciado na educação superior, destacam-se abaixo, alguns dos principais aspectos da legislação vigente bem como dos referenciais políticos e pedagógicos educacionais.

1. **Constituição Federal/88, arts. 205, 206 e 208:** assegura o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio do ensino a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206, I) e garantindo acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V).
2. **LDB 9.394/96, cap. IV:** institui o processo de avaliação das instituições de educação superior, assim como do rendimento escolar dos alunos do ensino básico e superior.
3. **Decreto nº 3.956/01:** promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
4. **Decreto nº 5.296/04:** regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário à acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu artigo 24 determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos e

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Psicologia da PUC-Campinas e Integradora Acadêmica do Programa de Acessibilidade – ProAces.

privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

5. **Programa Acessibilidade ao Ensino Superior. Incluir/2005:** determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.
6. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008):** define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
7. **Decreto nº 6.949/09:** ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.
8. **Decreto nº 7.611/11:** dispõe sobre o AEE, que prevê, no art. 5º § 2º a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, com o objetivo de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.

### **Acessibilidade e Inclusão no ensino superior: nova concepção da Educação Especial**

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008)

define a Educação Especial como modalidade complementar e suplementar a todos os níveis e modalidades de ensino tendo como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidade/superdotação.

Segundo a Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu Artigo Primeiro:

“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

A principal atribuição da Educação Especial é a identificação das barreiras existentes nas escolas propondo a adoção de medidas de apoio específicas a cada sujeito tendo em vista a garantia das condições de acessibilidade, necessárias à plena participação e autonomia dos estudantes, público-alvo da Educação Especial, em igualdade de condições que os demais alunos.

A educação especial se efetiva por meio de ações que promovem o acesso e a permanência dos estudantes até a conclusão dos cursos. Essas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços que serão responsáveis pela promoção da acessibilidade em todas as suas dimensões.

O estabelecimento dessa política de acessibilidade para a inclusão plena de estudantes público-alvo da Educação Especial (2008) e demais estudantes com necessidades educacionais específicas e/ou mobilidade reduzida deve estar inserida no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC).

O atendimento educacional especializado, ao integrar o Projeto Pedagógico do Curso deve estar articulado com a proposta curricular desenvolvida pelos docentes, embora os propósitos e atividades efetivadas nos Núcleos de Acessibilidade sejam diferentes das realizadas em sala de aula. É necessário mencionar, contudo, que

algumas atividades ou recursos devem ser utilizados, se necessário, em classe, como por exemplo, presença do intérprete de LIBRAS ou outras ajudas técnicas e de tecnologia assistiva.

Importante ressaltar ainda que ao se compreender que é no projeto pedagógico que são explicitadas todas as questões dos cursos, a forma com que os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional, o conceito de acessibilidade deve ser compreendido de forma ampla, não apenas vinculado a questões físicas e arquitetônicas, visto que expressa diferentes dimensões, complementares e indispensáveis à inclusão efetiva, tais como acessibilidade atitudinal, comunicacional, pedagógica, digital, arquitetônica e programática.

- 1) **Acessibilidade atitudinal:** refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.
- 2) **Acessibilidade arquitetônica:** eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos. Os exemplos mais comuns de acessibilidade arquitetônica são a presença de rampas, banheiros adaptados, elevadores adaptados, piso tátil, entre outras.
- 3) **Acessibilidade Pedagógica/Metodológica:** ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente a atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional.
- 4) **Acessibilidade nas comunicações:** é a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em Braille, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).
- 5) **Acessibilidade digital:** direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de

comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

- 6) **Acessibilidade programática:** ocorre quando a IES promove processos de sensibilização que envolvem a informação, o conhecimento e a aplicação dos dispositivos legais e políticas relacionadas à acessibilidade de estudantes com deficiência na educação superior.

## A Política de Acessibilidade na PUC-Campinas

### Breve histórico

Com base em sua Missão, Diretrizes e Valores, numa iniciativa pioneira, a PUC-Campinas começou efetivamente a sistematização de um trabalho para o desenvolvimento de ações voltadas às necessidades de 7 alunos com deficiência visual que ingressaram na Universidade, em 1997. Um projeto multidisciplinar foi então organizado a partir da solicitação da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos e elaborado por um grupo de docentes com base em experiências ocorridas em diferentes Faculdades, desde 1992, e em colaboração com os próprios alunos e seus familiares.

Em 2000, com o ingresso de alunas surdas, o Programa de Acessibilidade foi ampliado e, em 2011, definitivamente aprovado pela Administração Superior.

Com isso, deu-se início à implementação de uma Política Universitária de Acessibilidade a alunos com deficiência, assegurando-lhes o ingresso e a permanência até a conclusão de seus cursos de Graduação e Pós-Graduação.

### Papel do ProAces

Vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, desde 2007, o ProAces se constitui num serviço de apoio especializado aos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida da Universidade e do Colégio de Aplicação Pio XII.

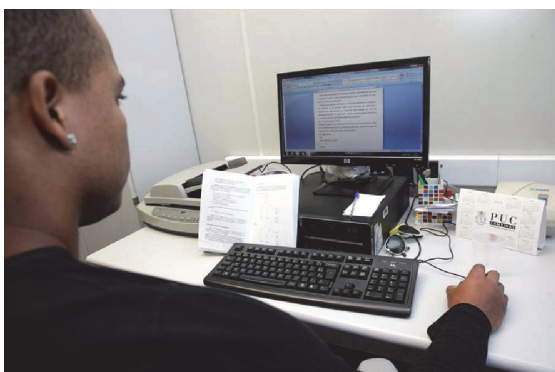
Conta com uma equipe constituída por 1 Integradora Acadêmica, 5 Pedagogas Especialistas

em Educação Especial e 23 alunos com bolsa estímulo.

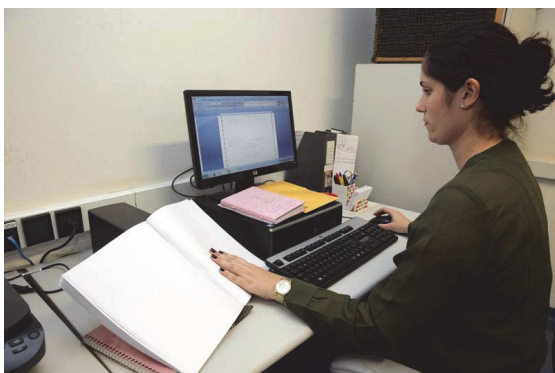
Dentre as atividades desenvolvidas no setor estão:

- Apoio à Administração Superior para planejamento e execução de obras em que sejam contempladas a acessibilidade e a locomoção de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.
- Orientação pedagógica às unidades acadêmicas.
- Disponibilização de Intérprete de LIBRAS para alunos surdos.
- Adaptação de material em formatos acessíveis (Braille, ampliado, digital) para alunos cegos ou com baixa visão.
- Realização de apoio psicopedagógico para os alunos.
- Acompanhamento na realização de provas.
- Articulação do trabalho com os vários setores envolvidos nos projetos/ações de acessibilidade: SBI, Secretarias de Centro, Secretarias Acadêmicas, SAADs, NTIC, DPIF, DRH, dentre outros.
- Treinamento junto ao corpo funcional para sensibilizar, esclarecer e orientar sobre questões pertinentes a acessibilidade e inclusão.
- Acompanhamento de alunos bolsistas que atuam na adaptação de materiais ou junto aos alunos com deficiência, em sala de aula e/ou fora dela.

### Ilustração de parte do trabalho realizado no ProAces



Adaptação de material para alunos com deficiência visual



Adaptação de material para alunos com deficiência visual



Ilustração do piso podotátil

## Da efetivação do trabalho

Os alunos com necessidades de atendimento diferenciado podem solicitar apoio desde o momento em que se inscrevem para participar dos processos seletivos da Universidade anexando para tanto documentação como laudo médico e/ou relatórios de profissionais da saúde.

Analisada a solicitação, o ProAces em articulação com a Coordenadoria de Ingresso Discente (CID), indica os recursos necessários à participação do aluno conforme o tipo de deficiência e a especificidade de cada caso.

Uma vez concretizada a matrícula do aluno com deficiência, o setor, entra em contato com o mesmo e elabora um plano de acessibilidade individual a partir do qual serão disponibilizados os recursos necessários à sua permanência na Universidade até a conclusão de seu curso. Contudo, é importante destacar que o apoio pode ser solicitado a qualquer momento ao longo do curso, se necessário.

## Um trabalho realizado em parceria

No momento da matrícula do aluno com deficiência são imediatamente contatadas a Diretoria da Faculdade que o aluno irá cursar e outros setores, conforme a particularidade de cada situação para as providências necessárias.

Junto às Faculdades, o trabalho do ProAces envolve:

- Apoio à Diretoria do Curso.
- Participação no planejamento acadêmico-pedagógico para esclarecimentos e orientações aos professores do período em que o aluno está matriculado.
- Atuação de forma colaborativa com os professores ao longo do semestre para orientações quanto a estratégias pedagógicas (encaminhamentos avaliativos e metodológicos) e elaboração de material didático-pedagógico que favoreça

o acesso do aluno ao currículo e sua interação no grupo.

- Participação em reuniões com a Diretoria, familiares e profissionais da saúde acerca do atendimento dado a cada estudante na Universidade.

Junto ao aluno com deficiência, o setor se coloca à disposição para a efetivação de seu plano de acessibilidade considerando a especificidade da situação para:

- Orientações e esclarecimentos quanto aos recursos disponíveis.
- Apoio psicopedagógico.
- Acompanhamento na realização de provas, seja para o tempo adicional e/ou realização do trabalho de leitor e transcritor.
- Realização das adaptações necessárias e outros apoios.

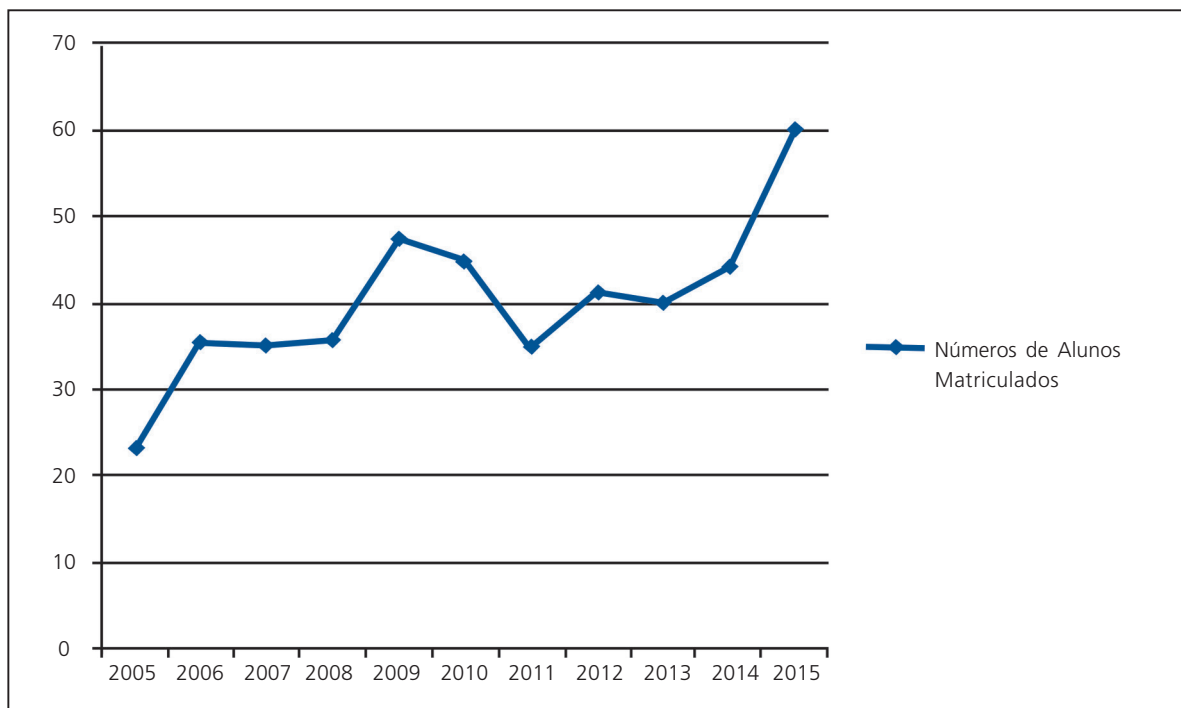
## Participação de alunos bolsistas

O ProAces tem disponíveis 18 ½ cotas de bolsas estímulo que são atribuídas a alunos que realizam trabalho de adaptação de material diretamente no setor ou junto aos alunos com deficiência nos diferentes cursos.

Nesses casos, os alunos auxiliam os colegas em sala de aula por meio da organização e envio dos conteúdos disponibilizados na lousa, nas apresentações, ou fora de classe, colaborando na efetivação de um programa de estudos.

Nos últimos 10 anos, o ProAces vem recebendo um número crescente de alunos com deficiência conforme gráfico a seguir, o que evidencia o aumento na demanda por atendimento diferenciado na Instituição.

Nos 17 anos de funcionamento do Programa, 40 alunos com diferentes tipos de deficiência concluíram cursos de graduação o que ressalta o compromisso e diferencial da Instituição com a Acessibilidade e Inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior.



## Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior**. Brasília: SECADI/SESu –2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008

BRASIL, **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**, 2013.

DEFICIÊNCIA, Viver sem Limite – **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) • VIVER SEM LIMITE** – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: SDH-PR/SNPD, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. 2006a. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez.

PUC CAMPINAS, **Informações para pessoas com deficiências e/ou mobilidade reduzida**, 2013. (Material institucional).